

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2019

(Da bancada do PSOL)

Solicita ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, informações acerca da intenção que manifestou de “neutralizar” debates a serem realizados no Sínodo da Amazônia, da Igreja Católica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, referentes à intenção que manifestou de “neutralizar” debates a serem realizados no Sínodo da Amazônia, da Igreja Católica:

1. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitora a oposição ao governo Jair Bolsonaro? O Gabinete de Segurança Institucional confirma as informações veiculadas pela imprensa nacional de que a ABIN monitora a atuação da igreja Católica, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda?
2. Quais movimentos sociais, membros das igrejas, comunidades indígenas e quilombolas, assentamentos rurais, ONGs, mobilizações, greves e manifestações estão sendo ou foram monitorados pela ABIN? A ABIN monitora a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)? Algum partido político é alvo do

monitoramento da ABIN? Se sim, quais? Qual o amparo legal para tal monitoramento?

3. Que autoridade planejou e/ou autorizou tal monitoramento? Houve infiltração de agentes da ABIN? Se sim, quantos agentes foram infiltrados com o objetivo de monitorar movimentos sociais e membros das igrejas? Qual a base legal para essa ação? Havia autorização judicial para tais práticas?
4. Há quanto tempo o trabalho de monitoramento dessas entidades vem sendo realizado pela ABIN? Há outras operações deste tipo em curso?
5. Há algum tipo de parceria ou convênio entre a GSI e as Forças Armadas para realizar tais monitoramentos?
6. O Sínodo da Amazônia consistirá no encontro global de bispos, no Vaticano, para discutir a realidade de povos e comunidades tradicionais, políticas de desenvolvimento dos governos da região, mudanças climáticas e conflitos de terra. Participam aproximadamente 250 bispos. Segundo matéria do Estado de São Paulo, o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, referindo-se ao debate que irá abordar a situação de povos indígenas, mudanças climáticas provocadas por desmatamento e quilombolas, afirmou que “Estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí”.

O que significa, na acepção do GSI, a ideia de “neutralizar isso aí”? Quais providências seriam tomadas pelo GSI para ‘neutralizar’ o encontro?

7. Em relação à matéria publicada no Jornal o Estado de São Paulo com o título “Planalto vê Igreja Católica como potencial opositora”, o Gabinete de Segurança Institucional, em nota de esclarecimento, afirma que “existe a preocupação funcional do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional com alguns pontos da pauta do Sínodo sobre a Amazônia que ocorrerá no Vaticano”.

Nesse sentido, questionamos: qual a preocupação específica do Gabinete de Segurança Institucional com tal tema?

8. Ainda na nota de esclarecimento, o GSI informa que “parte dos temas do referido evento tratam de aspectos que afetam, de certa forma, a soberania nacional”. Qual parte do evento pode afetar, especificamente, a soberania nacional brasileira?
9. Requeremos a íntegra dos documentos, atas, e-mails, relatórios de inteligência da GSI que mencionem igrejas, movimentos sociais e partidos de esquerda, ou membros dessas instituições.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece, no art. 5º, VI, o direito à liberdade de consciência e de crença, bem como o livre exercício dos cultos religiosos; no art. 19, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

A Constituição veda ao poder público, portanto, “embaraçar o funcionamento” das Igrejas. Diante disso, causa espanto que o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, anuncie a intenção de “neutralizar” um encontro a ser realizado pela Igreja Católica.

Causa grande preocupação, também, que a ABIN identifique militantes ambientalistas, movimentos sociais e povos indígenas e quilombolas como potenciais ameaças à soberania nacional. Visualiza-se, aí, o risco de agressão, por parte do governo, aos direitos fundamentais à liberdade de expressão, reunião e associação, a defesa do meio ambiente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

No Estado Democrático de Direito, os militares estão absolutamente subordinados à Constituição e aos princípios democráticos. Por isso, a notícia do monitoramento dos encontros preparatórios do Sínodo sobre a Amazônia pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelos comandos militares é uma notícia causa espanto e vulnera o Estado de Direito e o processo Democrático no Brasil - conferindo graves ataques à liberdade de reunião e expressão. Tal prática, comum em regimes ditatoriais, não pode ser permitida na democracia.

É inequívoco que o respeito aos princípios democráticos deve reger as condutas do Estado Brasileiro em todas as suas ações. Não se pode tolerar que, na vigência de nossa “Constituição Cidadã”, permaneça orientada pela “doutrina da segurança nacional” da ditadura militar de 1964-85.

Diante da gravidade da questão, requeremos que o Gabinete de Segurança Institucional responda ao presente pedido de informações com a maior brevidade possível.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2019.

Ivan Valente
Líder do PSOL

Fernanda Melchionna
Primeira Vice-Líder do PSOL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Glauber Braga
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ